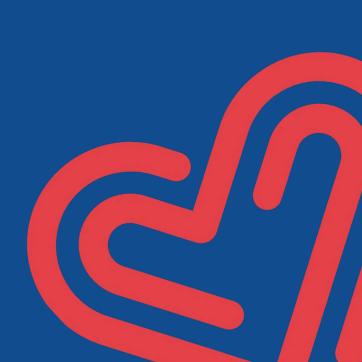
PBH.GOV.BR

DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

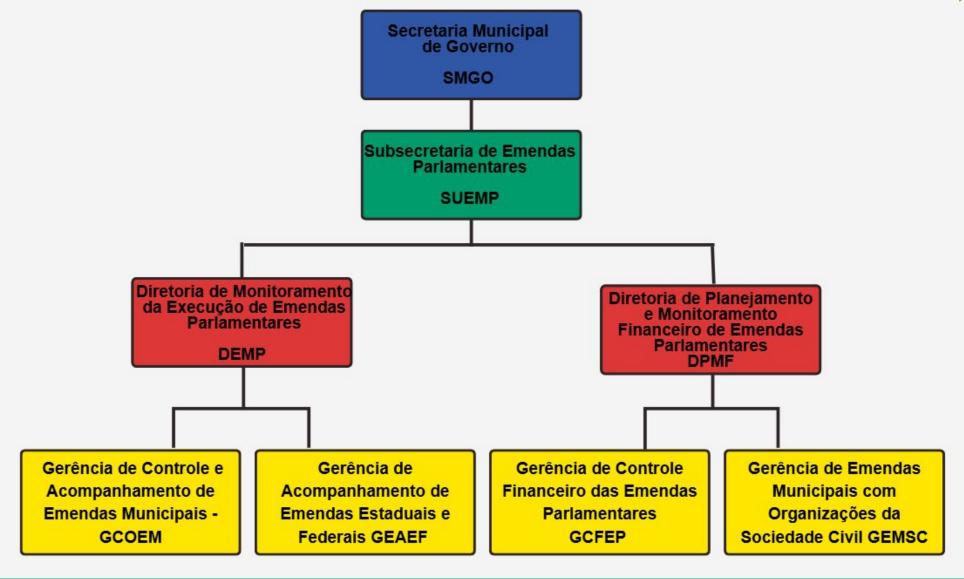




INOVAÇÕES: CRIAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE EMENDAS PARLAMENTARES - SUEMP



trabalho energia coração



INOVAÇÕES: CRIAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE EMENDAS PARLAMENTARES - SUEMP



PAPEL DA SUEMP

Tramitação para os órgãos:

Coordena o envio das Emendas Parlamentares aos órgãos executores e orienta sobre verificação de viabilidade de execução.

Acompanhamento:

Monitora a execução física, orçamentária e financeira das emendas, objetivando o cumprimento do objeto e prazos.

Interlocução:

Atua como ponte entre parlamentares, órgãos executores e OSCs, promovendo alinhamento técnico e transparência.

Apoio na resolução de gargalos:

Identifica entraves e articula soluções junto aos órgãos e entidades envolvidas.

Capacitação:

Promove formações e orientações periódicas para servidores e entidades parceiras.

Proposição de melhorias:

Padroniza procedimentos, sistematiza e propõe aprimoramentos nos fluxos e instrumentos de gestão, além de elaborar orientações e materiais padronizados.

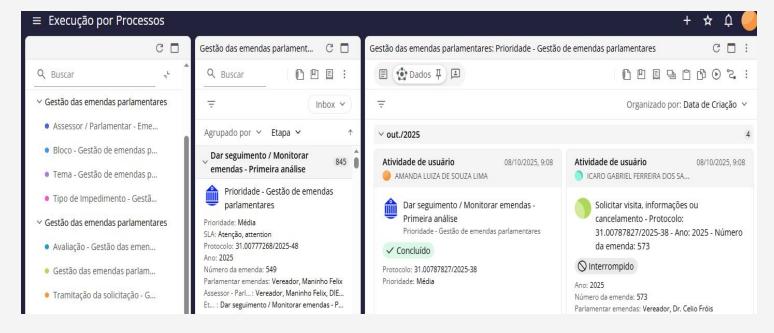
Visitas técnicas:

Realiza acompanhamentos em campo para verificar a execução das parcerias e fortalecer a gestão das emendas.

Tramitação por sistema informatizado, permitindo o acompanhamento em tempo real pela SUEMP, órgãos executores e parlamentares, permitindo maior transparência e rastreabilidade de todas as etapas do processo;

O sistema permitirá:

- definir e controlar os prazos;
- anexar arquivos;
- gerar relatórios;
- embasar os dados para o portal da transparência.





Realização da Primeira Mostra de Emendas Parlamentares na Prática que ocorreu em 16/09/25 tendo como

resultado da pesquisa de satisfação acima de 90% de aprovação da ação.



NOVIDADES NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - LEI Nº 11.899/2025

Art. 19, XV - em até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da LOA, na hipótese de a emenda individual ter como beneficiária OSC, deverá ser enviado o plano de trabalho para a secretaria responsável pela parceria, devendo a OSC estar obrigatoriamente inscrita no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Sucaf.

[...]Art. 20:

§ 4° - Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:

XVI - as emendas com indicação de recursos para OSC, cujo beneficiário não enviar, em até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da LOA, o plano de trabalho para a secretaria responsável pela parceria, devendo a OSC estar obrigatoriamente inscrita no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Sucaf.

Art. 20 - As emendas individuais a que se refere o art. 19 desta lei serão apresentadas em valor não inferior a R\$70.000,00 (setenta mil reais).

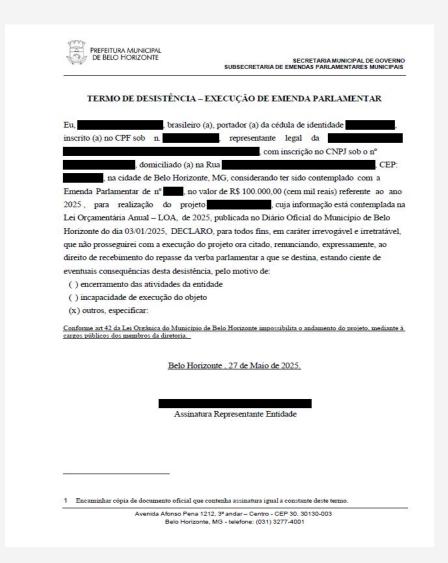


IMPEDIMENTOS TÉCNICOS - ART.20 DA LDO



- § 4° Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:
- I as emendas individuais que desconsiderarem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da CF;
- II as emendas individuais que desconsiderarem os preceitos previstos na LOMBH;
- III as emendas que apresentarem a adoção de ações e de serviços públicos para a realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;
- IV as emendas que apresentarem a alocação de recursos insuficientes para a execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;
- V as emendas que não atenderem a metas previstas em planos estratégicos do Município;
- VI a incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
- VII a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico-financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas à execução de obras;
- VIII a emenda individual que conceder dotação para a instalação ou para o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo com o disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320/64;
- IX a ausência de projeto de engenharia pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;
- X a aprovação de emenda individual que conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em desacordo com o disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320/64;
- XI a destinação de dotação a entidade que não atenda aos critérios de utilidade pública;
- XII a destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320/64;
- XIII a criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;
- XIV os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro;
- XV as emendas cujo beneficiário ou o local para atendimento da programação das emendas individuais de escopo genérico não tiver sido indicado à Suemp da Secretaria Municipal de Governo SMGO, em até 120 (cento e vinte) dias após publicação da LOA;
- XVI as emendas com indicação de recursos para OSC, cujo beneficiário não enviar, em até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da LOA, o plano de trabalho para a secretaria responsável pela parceria, devendo a OSC estar obrigatoriamente inscrita no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores Sucaf.

→ Implementação do <u>Termo de Desistência</u> para manifestação das OSCs que não estejam aptas a realizar as atividades:



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

."...Art. 42 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções..."



EMENDAS DESTINADAS À OSCS

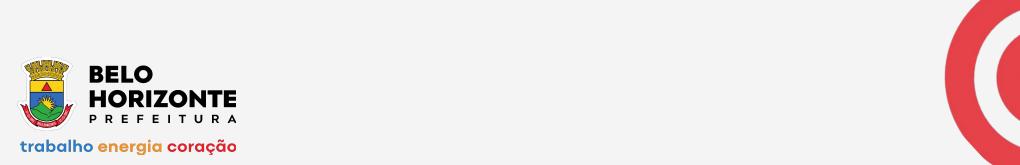
Até **25**% das emendas parlamentares individuais podem ser destinadas a organizações da sociedade civil (OSCs) para **ações de interesse público**.

A execução ocorre por meio de **parcerias** com a Administração Municipal. A celebração dessas parcerias deve, em regra, ocorrer por Chamamento Público. Nas emendas parlamentares municipais destinadas às OSCs, a lei permite a dispensa desse procedimento, conforme art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e no § 5º, art. 8 do Decreto Municipal nº 16.746/2017 e pode ser celebrada por meio de **Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou por meio de aditamento à parcerias já vigentes**.

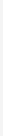




MODELO PADRÃO DE PLANO DE TRABALHO







DESAFIOS:

RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

- Elaborar os planos de trabalho das parcerias em diálogo técnico com a Administração Pública, mediante reuniões e comunicações *oficiais*, para que esteja de acordo com as necessidades da política pública;
- 2 Definir objetivos e metas com clareza, descrevendo escopo, atividades e resultados esperados;
- Utilizar as minutas padrão de PT e planilha orçamentária disponíveis no <u>Portal das Parcerias</u> <u>da PBH</u>; (neste canal você também encontra a legislação pertinente, manuais de apoio e informações sobre parcerias da PBH).
- 4 Detalhar o orçamento, justificando cada despesa e vinculando-a a uma meta;
- 5 Verificar a viabilidade, compatibilizando prazo e valor da emenda;
- Definir formas de monitoramento e prestação de contas;
- 7 Detalhar a previsão de **divulgação das ações** realizadas na parceria.





DESAFIOS:

PRÁTICAS NÃO PERMITIDAS

- Usar recursos para fins diferentes do projeto aprovado ou aplicar valores em obras ou serviços não previstos ;
- Pagar servidores ou empregados públicos com recursos da parceria;
- Transferir recursos diretamente à OSC sem a Secretaria responsável;
- Prever despesas não relacionadas ao objeto da atividade ou despesas de caráter continuado;
- Deixar de realizar cadastros obrigatórios junto aos conselhos competentes;
- As despesas devem estar diretamente ligadas à execução da parceria.
- 🔀 É vedado o pagamento de despesas cujo fato gerador seja anterior à vigência do Termo de Fomento ou de Colaboração.
- O Projeto deve ser executado em Belo Horizonte



BOAS PRÁTICAS

Comunicação e Articulação

- Mantenha contato constante com o órgão executor e com a SUEMP durante todas as etapas da parceria;
- Comunique imediatamente qualquer mudança de representante legal, endereço ou contato institucional;
- Informe previamente qualquer necessidade de alteração no Plano de Trabalho;
- Manter atualizados os canais da Instituição (site, redes sociais)

Documentação e Padronização

- Aproveite documentos válidos (como certidões e comprovantes) para mais de uma parceria, quando possível;
- Mantenha toda a documentação atualizada e válida durante o ciclo da parceria;
- Mantenha seus cadastros atualizados no SUCAF e junto aos órgãos públicos.

Organização e Transparência

- Defina internamente os responsáveis pela gestão e comunicação da parceria;
- Registre e arquive evidências de execução e resultados — fortalecem a credibilidade e facilitam a prestação de contas;
- Guarde documentos e comprovantes de experiências anteriores com o poder público ou outras instituições, esses servirão para comprovação de experiência em parcerias futuras.

Aos órgãos executores: orientamos a identificar a emenda no objeto da parceria, para facilitar a identificação no portal da transparência.



PESQUISA: OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO







OBRIGADA!

Mariana Perdigão Cheik

Diretora de Planejamento e Monitoramento Financeiro de Emendas Parlamentares - DPMF

Amanda Luiza de Souza Lima

Gerente de Emendas Municipais com Organizações da Sociedade Civil - GEMSC (31)3277-4001

dpmf@pbh.gov.br

Subsecretaria de Emendas Parlamentares | Secretaria Municipal de Governo







trabalho energia coração